

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Com a chegada dos portugueses, deu-se a primeira forma de alfabetização, iniciada com os indígenas. Apenas quinze dias após a chegada dos portugueses ao Brasil, foi fundada a primeira escola brasileira em Salvador, Bahia. Os jesuítas estavam preocupados com a fé e as questões religiosas a serem pregadas e trouxeram algumas linhas pedagógicas para serem aplicadas no Brasil (BELLO, 2001). Ainda segundo Bello (2001), após duzentos e dez anos, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas e instituiu métodos de ensinos diferentes. As aulas passaram a não ter conexão umas com as outras, eram independentes.

No século XIX, viu-se a necessidade de escolarizar a população, já que esta tinha acesso restrito à sala de aula. Segundo Martins (2000), as classes menos abastadas da população brasileira deveriam frequentar escolas e esse dever cabia ao Estado Brasileiro. Desta forma, formaram-se as pedagogias, que funcionavam da mesma forma que as escolas primárias, os liceus, uma espécie de ginásio onde se aplicava o ensino médio e as academias que seriam uma espécie de faculdade. O Imperador Dom Pedro II era a favor das escolas, mas no seu império, pouco se fez e produziu-se em questão de educação no Brasil.

De acordo com Piletti (1997), em 1930 foi criado o Ministério da Educação e, após a Constituição de 1937, esta foi a responsável por garantir a gratuidade e obrigatoriedade do ensino básico e trabalhos manuais, o Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI).

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir de 1953, o Brasil passa a ter programas educacionais com o Plano Nacional da Educação e o Plano Nacional de Alfabetização (BELLO, 2001).

Em 1964, a então União Nacional do Estudantes (UNE) foi proibida de funcionar durante a golpe militar. Para Bello (2001), o Brasil teve seu maior desenvolvimento em projetos de educação nesta época, contrastando com as várias cenas de prisões e até mortes de alunos e professores.

Segundo Pitetti (1997), a educação é direito de todos e faz parte de várias discussões. Seria preciso que hoje fosse inserido um modelo que tornasse a educação mais eficaz e que atendesse toda a população em geral. balhos manuais, o Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI).

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Políticas educacionais são medidas planejadas e colocadas em prática pelo poder público, seja federal, estadual ou municipal. Essas políticas são criadas para garantir que o ensino seja feito com qualidade e de forma universal, atendendo ao direito assegurado pela Constituição de 1988, art. 205, de que "a educação é direito de todos". A principal fonte de implementação da educação nacional e das políticas é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – nº 5692/71.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa lei trouxe uma forte redefinição da política educacional brasileira, que incluía, desde suas origens, uma preocupação pela reformulação do modelo de educação primária e média. Seria uma reformulação que estendesse a escolaridade e eliminasse a compartimentação da escola elementar e da escola média, reorganizando a escola fundamental. Outro ponto da época foi à reformulação do ensino médio para ter uma característica de habilitação profissional. (ROMANELLI, 1997).

Com a Constituição de 1988 e, após algumas alterações da legislação do período militar, houve as reformas dos anos de 1990, quando a escola passa a necessitar de uma postura reflexiva por parte dos professores, pais e comunidade quanto à luta contra a exclusão, com o comprometimento de uma educação de qualidade para todos. Em cujo centro se encontra a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, e o Plano Nacional de Educação, aprovado em janeiro de 2001. (SAVIANI, 2008).

Para Saviani (2008) a marca da descontinuidade na política de educação atual faz se presente na meta, sempre adiada, de eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental.

O Brasil chegou ao final do século XX sem resolver o problema da universalização do ensino fundamental, com a consequente erradicação do analfabetismo.

Para enfrentar esse problema, a constituição de 1988 previu, nas disposições transitórias, que o poder público nas suas três instâncias (a união, os estados e os municípios) deveria, pelos dez anos seguintes, destinar 50% do orçamento educacional para essa dupla finalidade. Isso não foi feito. Quando esse prazo estava vencendo, o Poder Público criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), com prazo de mais dez anos para essa mesma finalidade; e a LDB, por sua vez, instituiu a década da educação; seguindo, em 2001, do Plano Nacional da Educação, que também se entendeu por dez anos. Em 2006, ao se esgotarem os dez anos do prazo do FUNDEF, foi instituído o Fundo Nacional de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e Valorização do Magistério FUNDEB, com prazo de 14 anos, ou seja, até 2020. Quando mais da metade do tempo do Plano Nacional de Educação (PNE) já passou, foi lançado um novo Plano, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) estabelecendo um novo prazo, desta vez de quinze anos, projetando a solução do problema para 2022.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

NÍVEIS DE ENSINO – EDUCAÇÃO

Hoje a educação básica compreende-se em ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio. A duração destes deve ser de aproximadamente dezoito anos, esperando que se desenvolva um senso crítico e uma visão global e interligados aos processos em que o aluno será inserido depois, no ambiente de ensino superior.

De acordo com a Lei nº 12.796/2013, as crianças brasileiras devem ser matriculadas na educação básica a partir dos quatro anos de idade. Ela também estabelece que a educação infantil contempla crianças de 4 e 5 anos na pré-escola, o atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral. A norma já valia para o ensino fundamental e médio (MEC, 2013).

Segundo a lei nº 12.796/2013 "a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade".

No Trabalho de Conclusão, a **proposta** de escola abrigará as seguintes modalidades: ensino infantil e fundamental. O **Ensino Infantil** será implantado para abrigar a demanda desta modalidade na área central da cidade de Siderópolis. O **Ensino Fundamental**, já existente, continuará e abrigará mais uma demanda de uma escola que hoje atente o ensino fundamental – anos iniciais (1º ao 5º ano) – os alunos do ensino fundamental, com crianças e adolescentes de faixas etárias cujo desenvolvimento está marcado por interesses próprios, relacionado aos seus aspectos físico, emocional, social e cognitivo, em constante interação.



2 - FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a criança desenvolve a capacidade de representação, indispensável para a aprendizagem da leitura, dos conceitos matemáticos básicos e para a compreensão da realidade que a cerca, conhecimentos que se postulam para esse período da escolarização. O desenvolvimento da linguagem permite a ela reconstruir pela memória as suas ações e descrevê-las, bem como planejá-las, habilidades também necessárias às aprendizagens previstas para esse estágio. A aquisição da leitura e da escrita na escola, fortemente relacionada aos usos sociais da escrita nos ambientes familiares de onde veem as crianças, pode demandar tempos e esforços diferenciados entre os alunos da mesma faixa etária (PETITTE, 2014).

A criança nessa fase tem maior interação nos espaços públicos, entre os quais se destaca a escola. Esse é, pois, um período em que se deve intensificar a aprendizagem das normas da conduta social, com ênfase no desenvolvimento de habilidades que facilitem os processos de ensino e de aprendizagem (PETITTE, 2014).

É também, durante a etapa da escolarização obrigatória que os alunos entram na puberdade e se tornam adolescentes. Eles passam por grandes transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Os adolescentes, nesse período da vida, modificam as relações sociais e os laços afetivos, intensificando suas relações com os pares de idade e as aprendizagens referentes à sexualidade e às relações de gênero, acelerando o processo de ruptura com a infância na tentativa de construir valores próprios. Ampliam-se as suas possibilidades intelectuais, o que resulta na capacidade de realização de raciocínios mais abstratos. Os alunos se tornam crescentemente capazes de ver as coisas a partir do ponto de vista dos outros, superando, dessa maneira, o egocentrismo próprio da infância. Essa capacidade é importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

ESCOLA PÚBLICA

A escola é uma instituição de ensino, obrigatória e de direito a todos, que prepara alunos em seus primeiros anos de vida até a sua total formação. É na escola que as crianças irão ter a sua primeira educação formal, que será fundamental para a sua formação profissional e para o sucesso no futuro. É na escola que as crianças e jovens são orientados a buscar melhores condições de vida, sem crimes, violência, comportamentos, além de conhecimento suficiente para as atividades do dia a dia e até mesmo para o mercado de trabalho (ALMEIDA, 2012).

Ainda um ponto importante das escolas públicas são os benefícios que esta pode trazer para o local de inserção, podendo ser um elemento qualificador, nas questões físicas (infraestrutura), e também sociais, pois a escola pode ser um equipamento comunitário, aberto para a sociedade usufruir, assim servindo para integrar a comunidade.

ENSINO PÚBLICO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

De acordo com Gonçalves (1996), a escola pública de Santa Catarina sofre mudanças significativas desde 1988, buscando introduzir uma metodologia que propicie aprendizagem a todos, garantindo que os alunos possam usufruir dos conhecimentos.

Chiarelloto (2000) destaca que nessas mudanças, a escola estabelece uma ação educativa mediada por um currículo que introduz e incentiva os professores a iniciarem ou continuarem seus aprofundamentos teóricos.

A linha pedagógica instituída em Santa Catarina é a Vygotsky, partindo do pressuposto de que o aluno é dotado de conhecimento prévio e isso também contribui para sua aprendizagem.

Ainda no Estado, a importância do projeto Escola Aberta fez com que mais de 90 escolas da rede pública aderissem ao projeto, recebendo a comunidade nos finais de semana para atividades diversas (UNESCO, 2005).

2 - ESCOLA ABERTA

Conforme o Ministério da Educação (2010), o programa escola aberta incentiva a abertura das escolas nos finais de semana, onde toda comunidade e seu entorno se envolvam nas atividades realizadas pela instituição, sendo elas culturais, esportivas, educativas e artísticas.

As ações que serão realizadas nos finais de semana, segundo MEC (2010), deverão integrar todo aquele que se dispuser a aprender e também, a ensinar de forma voluntária. O programa tem por objetivo incentivar a convivência comunitária, a valorização do território. O sentimento de identidade pode e deve ajudar a escola a desenvolver novas técnicas de ensino para os alunos. A escola aberta também propõe oportunidades para a comunidade se expressar, entendendo o real sentimento de pessoas de não possuem voz ativa dentro da sociedade.

Portanto o presente trabalho pretende repensar o ambiente construído da Escola, considerando embasamento teórico sobre o tema das arquiteturas escolares, que abordando o contato direto da cidade e de seu entorno imediato com o edifício escolar.

Tem-se o objetivo de reinventar o ambiente construído da Escola Deputado Silvio Ferraro, transformando-a numa escola capaz de promover, através de seus espaços abertos, o convívio diário com os atores e as ações ocorridas no cotidiano do espaço público, permitindo o aprendizado e a criatividade dentro e fora da arquitetura escolar. Assim, será possível que se desenvolva a crítica capaz de reinventar sua arquitetura e que está participe concretamente da transformação urbana e sociológica.



2 - ESCOLA ABERTA - Referencial teórico

De acordo com o MEC, o programa de escola aberta não determina forma arquitetônica para inclusão do programa, sendo possível até a adaptação de edificações existentes, assim o programa de escola aberta segundo o MEC é a abertura da escola nos finais de semana para atividades sócio culturais, esportivas ligando a escola x comunidade. Esse entendimento a partir das atividades, é seguido na proposta de TC. Exemplos de escolas abertas em São Paulo são: **Escola Várzea Paulista** e **Escola Estadual Nova Cumbica**.



Imagem 08 Área de Convívio Escola Várzea Paulista
Fonte: Galeria da Arquitetura

ESCOLA VÁRZEA PAULISTA

Arquitetura: **FGMF Arquitetos**

Local: **SP, Brasil**

Ano: **2008**

A arquitetura tem a função de criar uma grande integração entre espaços públicos e semi-públicos, ambientes internos e externos.

Enquanto os alunos usufruem de várias atividades no galpão durante a semana, a comunidade vizinha, carente de atividades recreativas, aproveita sua infraestrutura nos finais de semana e em eventos especiais. (Galeria da Arquitetura, 2018)



Imagem 08 Entorno Escola Nova Cumbica
Fonte: Galeria da Arquitetura

ESCOLA ESTADUAL NOVA CUMBICA

Arquitetura: **Arquitetura: H + F Arquitetos - Eduardo Ferroni e Pablo Hereñú**

Local: **SP, Brasil**

Ano: **2014**

Ao redor da escola, os espaços públicos transformaram-se em uma praça pública utilizada pela comunidade e para entrar e sair da instituição. A praça na esquina, e próxima à margem do córrego, foi redesenhada com o objetivo de promover maior integração do entorno e acolher os novos percursos.

O desenho da escola e da cidade qualificam-se mutuamente e reforçam tudo o que um equipamento dessa natureza demanda. (Galeria da Arquitetura, 2018)

Os equipamentos compartilhados com a comunidade carente de infraestrutura também faz com que a escola se insira na vida cotidiana das pessoas.

2 - ESPAÇOS LIVRES - ENTORNO

Os espaços livres são divididos em espaços livres públicos e privados, sendo diferenciados também pelo seu tipo de acesso, como por exemplo lotes privados que permitem o uso e acesso do público, como um estacionamento rotativo ou um supermercado. Os espaços livres públicos são os bens de propriedade pública, com diferentes graus de acessibilidade e de apropriação. Os espaços livres privados estão inseridos dentro das áreas particulares, ou são os terrenos privados desocupados (QUEIROGA, 2011).

As cidades são lugares onde as pessoas podem encontrar suas necessidades básicas e, por sua vez, encontrar bens públicos essenciais.

As ambições, aspirações e outros aspectos intangíveis de existência humano também se materializam nas cidades, que oferecem contribuições tanto de confinamento e para a felicidade de seus habitantes e bem-estar do grupo, e procura que cada cidadão pode aumentar suas chances de prosperar (GEHL, 2014).

Espaços públicos e ruas são, e devem ser vistos, como áreas de uso multifuncional, onde ocorre a interação social, a troca do evento econômico e cultural para uma variedade de atores. O planejamento urbano tem a tarefa de organizar esses espaços, e o desenho tem a responsabilidade de incentivar o seu uso, buscando transmitir um sentimento de identidade e pertencimento (GEHL, 2014).



2 - ESPAÇOS LIVRES - ENTORNO



Imagem 10 Vazios Urbanos
Fonte: Google Earth (adaptado pelo autor.)

A partir da definição de Silvio Macedo (1995), os espaços livres podem ser definidos como todos aqueles não contidos entre as paredes e tetos dos edifícios construídos pela sociedade para sua moradia e trabalho, como as ruas, praças, jardins, entre outros espaços livres. O termo “espaços livres” é frequentemente confundido com “sistema de áreas verdes”, uma vez que o espaço livre engloba demais áreas como espaços verdes, áreas de lazer, áreas de circulação e juntamente áreas verdes (MACEDO, 1995).

Sendo assim, a **ambientação dos espaços livres** que circundam o local de inserção nesse trabalho de conclusão, necessitam de requalificação. É necessário repensar a urbanidade desse conjunto, que possui edifícios de caráter público, além da escola, e que já se configura como nova centralidade, como será visto nos mapas a seguir.

USO

Comum, especial, dominical e privado.

PROPRIEDADE

Público e privado.

MORFOLOGIA

Aberta.

ATIVIDADES

Obrigatórias, opcionais, sociais.

FUNÇÃO

Circulação, drenagem, atividades de ócio, convívio público, conforto.

ACESSO

Limitado e ilimitado.

SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES



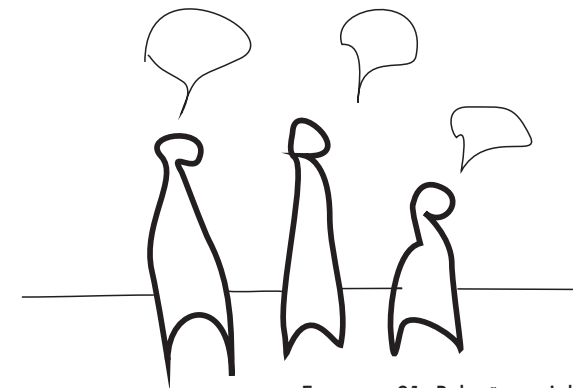
Diagrama 01: Parâmetros do espaço livre, adaptado de Marte Leal, 2013

2 - O AMBIENTE ESCOLAR: PARÂMETROS

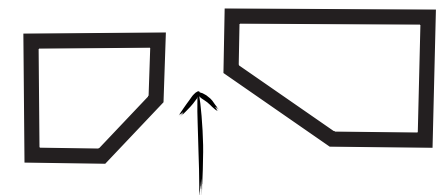
É indiscutível a importância de uma atuação multidisciplinar que invista na melhoria da qualidade de ensino. Há esforços, mas são ainda poucas propostas de atuação qualificada e, menos ainda, as que admitem a necessidade da participação do profissional de arquitetura nesse processo. Portanto, está cada vez maior o número de estudos que apontam a forte ligação entre o espaço escolar e o desempenho acadêmico. Sanoff (2001) destaca que o espaço físico tem “de organizar e promover relações entre pessoas de diversas idades (esquema 01), promover mudanças, escolhas e atividades e [...] potencial de despertar diferentes tipos de aprendizado social, cognitivo e afetivo”. Com isso, a profissão do arquiteto se torna necessária para contribuir com novas soluções para essas questões educacionais, estudando profundamente os diferentes tipos arquitetônicos, principalmente em razão da sua importância social. (KOWALTOWSKI, 2011)

Um dos ambientes mais importantes de uma escola é a sala de aula, o modelo tradicional, com carteiras em colunas e fileiras, mantém o professor sob controle de tudo que acontece, mas este modelo é adequado para as atuais metodologias de ensino? Assim que aparece novamente o papel do arquiteto, apresentar novas formas de sala que se adequem as novas metodologias. (KOWALTOWSKI, 2011)

Outro ponto importante na concepção arquitetônica é ter uma entrada convidativa (esquema 02), com uma identificação própria, passando uma sensação de proteção e segurança, com diferenciação da entrada do público da entrada dos estudantes. Este acesso deve estar próximo de uma área de exposição de trabalhos dos alunos, assim mostrando para visitantes o trabalho efetuado pela escola e também uma forma de valorizar o aluno. Essas exposições podem estar espalhadas por vários espaços da escola. É importante também que cada aluno tenha o seu espaço individual para armazenar seus pertences. (KOWALTOWSKI, 2011)



Esquema 01: Relação social
Fonte: Autor



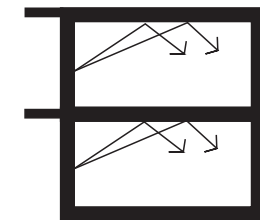
Esquema 02: Acessos
Fonte: Autor

2 - O AMBIENTE ESCOLAR: PARÂMETROS

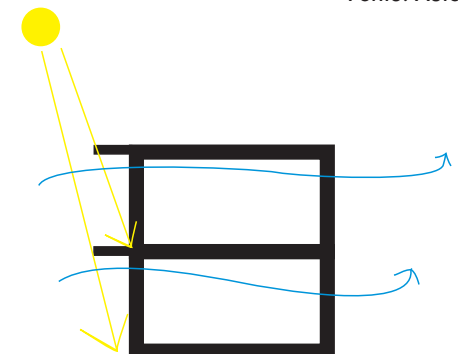
A maior queixa dos alunos é sobre o mobiliário, em especial as cadeiras. Pois normalmente são duras e sem estofado, considerando que os alunos ficam horas sentados na mesma posição. Além das carteiras e cadeiras existem outros móveis que podem propiciar uma flexibilidade dos espaços, então os ambientes da escola devem ser projetados com a possibilidade de diferentes layouts, e arranjos físicos. Esses espaços multifuncionais são importantes, mas necessitam de arranjos que identifiquem seus usos, possibilitando uma maior diversidade de atividades em um único ambiente. (KOWALTOWSKI, 2011)

O conforto ambiental, que inclui questões térmicas, acústicas (esquema 03) e funcionais, está diretamente ligado à satisfação do usuário, qualidade dos ambientes e arquitetura escolar. Essas questões precisam ser analisadas e identificadas, através de opiniões e observações dos usuários, pois são essenciais para o desenvolvimento acadêmico, mostrando a ligação destes com os elementos arquitetônicos. Conforto ambiental (esquema 04) envolve vários fatores, como as condições de ventilação, iluminação, materiais de acabamento, comunicação e qualidade do ar. Os ambientes escolares devem ser avaliados para saber a satisfação do usuário e o nível de aprendizagem, medindo com isso a produtividade do ambiente escolar. (KOWALTOWSKI, 2011)

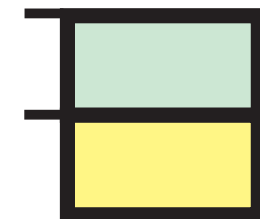
As cores dos ambientes nas salas de aula influenciam na qualidade do ambiente (esquema 05), pois atuam nas condições de iluminação e ampliam a legibilidade. Outro ponto importante na concepção dos espaços é a boa qualidade da iluminação natural. A luz do dia traz muitos benefícios ao usuário, além de economizar energia, melhora as condições de salubridade. (KOWALTOWSKI, 2011)



Esquema 03: Reverberação
Fonte: Autor



Esquema 04: Fatores climáticos
Fonte: Autor



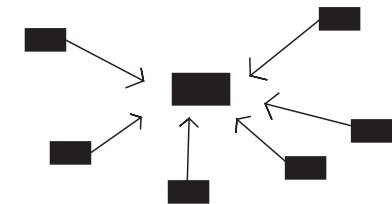
Esquema 05: Cores
Fonte: Autor

2 - O AMBIENTE ESCOLAR: PARÂMETROS

Somando a todos os outros critérios, um deles é a acústica, que é fator determinante para a comunicação dentro da sala de aula, aspecto inerente ao ensino. Em áreas urbanas enfrentasse muito o problema com ruídos externos, devido ao forte fluxo de veículos e pessoas, então na implantação da escola, primeiramente, deve ser analisado este fator. Outro fator que influencia na qualidade da acústica dos ambientes é o número de ocupantes em proporção com as dimensões da sala. (KOWALTOWSKI, 2011)

A adequação da arquitetura ao clima é outro fator fundamental ao conforto ambiental dos usuários, melhorando assim as condições térmicas, saúde e desempenho das atividades. O desconforto pode causar empatia e desinteresse, que são situações desfavoráveis para o ambiente escolar. As questões que influenciam no conforto térmico são: temperatura do ar, umidade e a velocidade do ar. A arquitetura deve privilegiar materiais cerâmicos ou cores claras nas extremidades externas, onde tiver atividade de longa duração é essencial utilizar forro, pois aumenta a resistência térmica. No entorno da edificação um projeto paisagístico, com árvores, horta e pátio. (KOWALTOWSKI, 2011)

O edifício escolar deve ser projeto de forma a criar uma forte conexão com a comunidade (esquema 06), incorporando seus valores, necessidade e desejos. Sua localização deve ser perto da comunidade e permitir que a mesma faça uso de seus espaços para atividades de cultura e lazer. O pátio da escola deve conter espaços para todas as atividades de lazer, junto com áreas esportivas. Além de servir como uma extensão do refeitório, áreas de interação social, oferecendo áreas agradáveis, com vegetação, melhorando o conforto térmico e também a paisagem da escola. (KOWALTOWSKI, 2011)



Esquema 06: Escola x Comunidade
Fonte: Autor

Todos os parâmetros levantados devem funcionar como um todo. A qualidade que o projeto pode trazer para os ambientes escolares e os itens tem a finalidade de melhorar a qualidade de ensino, relacionando os ambientes com os sentidos e percepções dos usuários, sendo eles: alunos e comunidade. Os itens aqui apresentados serão tratados como parâmetros de projeto para a proposta nesse trabalho de conclusão, como poderá ser visto na etapa de partido arquitetônico, no final desse caderno.

